

Refletindo a inclusão escolar e deficiência na perspectiva da biopolítica¹

*Reinaldo Oliveira MENEZES²
Hellen Cristina Picanço SIMAS³*



Biopolítica, deficiência e educação: outros olhares sobre a inclusão escolar/ Pedro Ângelo Pagni. – Editora Unesp Digital, São Paulo, 2019. pp. 181. ISBN: 978-85-9546-333-2

Biopolítica, deficiência e educação: outros olhares sobre a inclusão escolar/ Pedro Ângelo Pagni. – São Paulo: Editora Unesp Digital, 2019.

Palavras-chave: Biopolítica. Deficiência. Educação. Inclusão Escolar

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Código de Financiamento 001 e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

² Assistente Social e Doutorando em Educação. Universidade Federal do Amazonas. Manaus. AM. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9207-7886>. E-mail: reinaldo_bamn01@hotmail.com. Bolsista FAPEAM.

³ Linguista e Doutora em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Universidade Federal do Amazonas. Parintins. AM. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9637-6587>. E-mail: hellenpicanco@ufam.edu.br.

Reflecting on school inclusion and disability from a biopolitical perspective

Keywords: Biopolitics. Disability. Education. School Inclusion.

Reflexión sobre la inclusión escolar y la deficiencia en la perspectiva biopolítica

Palabras clave: Biopolítica. Deficiencia. Educación. Inclusión Escolar.

A respectiva obra foi publicada no ano de 2019, abordando questões como biopolítica, deficiência e educação, pontos importantes para os dias atuais. O autor da obra é o ilustre professor Pedro Ângelo Pagni, formado em Educação Física, com Mestrado pela Universidade Católica de São Paulo em 1994 e Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1999. Atualmente, é professor livre-docente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

A obra em questão, cujo título é “Biopolítica, deficiência e educação: outros olhares sobre a inclusão escolar”, está dividida em cinco seções, sendo que cada uma delas incorpora algumas subseções que tratam de questões pertinentes sobre biopolítica, deficiência e educação. Em outros termos, o autor fez uma articulação entres estes temas, tendo em vista pensar a inclusão escolar na contemporaneidade.

Na Seção 1, “A emergência do discurso da inclusão escolar na biopolítica”, o autor busca problematizar a questão da inclusão na perspectiva foucaultiana sobre a emergência da biopolítica na contemporaneidade. Para ele, é de suma importância compreendermos como os dispositivos que regulamentam a circulação no que tange à produção e à implementação das práticas inclusivas nas escolas são legitimados. Por isso, esta primeira seção debruça-se sobre a ótica de Michel Foucault, com a finalidade de problematizar e analisar a emergência dos discursos sobre a inclusão escolar nos dias atuais.

Neste sentido, Pagni (2019) faz uma breve contextualização do termo inclusão, recorrendo a Foucault para explicar a normalização e os prenúncios de inclusão, sobretudo, para o campo da Educação. É bom salientar que Michel Foucault não escreveu questões específicas para a inclusão escolar, mas sua análise sobre o outro, especificamente sobre o corpo, que, muitas das vezes, é controlado ou manipulado pelas relações de poder traz contribuições para a discussão da deficiência. Na ótica foucaultiana, “ainda se vê reverberar as demarcações desse modelo que não trata mais de rejeitar, mas de incluir” (PAGNI, 2019, p. 24).

A Seção 2, “Da exclusão a um modelo identitário de inclusão”, o autor aprofunda ainda mais a discussão. Tratando a questão da deficiência como paradigma biopolítico, em que a pessoa com deficiência possa existir “como uma possibilidade de resistência” (PAGNI, 2019, p. 47) e não como um sujeito incapaz de tomar suas decisões. Para o autor, o sujeito com deficiência, nesta emergência biopolítica, ainda se encontra imerso no jogo de controle e de manipulação da vida humana dos que, justamente, pensam e implementam as políticas de inclusão no contexto neoliberal.

Neste sentido, cabe pontuar duas questões presentes nesta seção. A primeira diz respeito à *exclusão*. Na década de 1970, as pessoas com deficiências eram vistas como incapazes e improdutivas do ponto de vista da medicina, isto é, um determinado grupo controlava não só o discurso como os dispositivos do biopoder. Eles davam os pareceres definindo quem era ou não deficiente, chegava a ponto de alguns serem atestados como loucos. A segunda questão diz respeito à *inclusão* pois, para o autor, o processo de inclusão deve ocorrer em todos os segmentos da sociedade, sobretudo, na educação. Ou seja, a inclusão deve ir além do direito subjetivo, sendo um direito prático e real.

Neste prisma, a pessoa com deficiência (o *Outro*) passa a ser vista como um sujeito autônomo, dotado de racionalidade e com desejos (sonhos). Diante disso, o autor nos faz um alerta: devemos considerar as limitações e a realidade de cada um dos sujeitos com deficiências. O ponto em comum de reflexão e análise entre *exclusão* e *inclusão* é a questão da biopolítica pois, segundo o autor, há uma tentativa de controle da vida das pessoas com ou sem deficiência.

De certo modo, há um avanço significativo no campo da discussão da inclusão, embora precise avançar ainda mais no que tange ao tratamento, ao atendimento e à inserção do sujeito com deficiência na sociedade. Para isso ocorrer, é necessário pensarmos numa ética da diferença, em que a “igualdade se encontre na explicitação das diferenciações e em uma forma de resistência às políticas identitárias” (PAGNI, 2019, p. 64). Isso quer dizer que a ética da diferença deve ser compreendida como uma política que possa construir alicerce para uma convivência da diferença, respeitando as limitações, a cultura, e demais questões que envolvam as diversas formas existenciais.

Na Seção 3, “Ética, formas de vidas deficientes e seus processos de subjetivação”, o autor retoma a discussão da ética da diferença. Antes de se aprofundar sobre as formas de vida das pessoas com deficiências e os modos de subjetivação, Pagni (2019) salienta que toda e qualquer discussão acerca da pessoa com deficiência, seja no campo da educação inclusiva ou não, perpassa, no campo das relações de poder, a questão moral e ética.

É em torno da discussão da inclusão que o autor retoma a questão da *ética da diferença* e vai desenvolvendo isso ao longo dessa seção, pois para ele, a inclusão envolve o cuidado, a responsabilidade e o respeito pelo “Outro”, a pessoa com deficiência, segundo a perspectiva foucaultiana. É preciso olhar para as pessoas com deficiência e enxergar suas diferenças e respeitar isso. É preciso ter a responsabilidade de cuidar do Outro, no sentido de termos atitude ético-reflexiva sobre o que nos desloca, o que produz em nós, que abertura nos oferece à transformação (PAGNI, 2019).

Na Seção 4, “**A emergência de um comum e de uma ética da amizade com a deficiência**”, vamos encontrar o lugar da poética em outro paradigma de inclusão. Nesta seção, o autor discute duas questões - *amizade e confiança*. Para o autor, a amizade e a confiança provocam um ‘curto-circuito’ no campo da inclusão, pois possibilita a cada sujeito inventar uma maneira de ser, expondo suas diferenças e formas de resistências à vida. Deste modo, a amizade e a confiança aparecem como condição de construção social e política da inclusão.

Para Pagni (2019), fazer estudos, pesquisa ou qualquer outro tipo de trabalho que envolva a inclusão, especificamente à pessoa com deficiência, tem que haver a confiança e, posterior, a amizade, pois “são em relações intersubjetivas como essas que a amizade emerge e, no caso em que se dá entre atores que possuem modos de vidas determinado por alguma deficiência” (PAGNI, 2019, p. 114). Em que, muitas das vezes, é preciso romper a barreira da exploração, do controle e da exclusão. E isso pode ocorrer por meio da ética, uma ética que não viole os direitos humanos, apoiando-se “em uma dissimetria e na sorte de uma amizade entre diferentes para a qual a necessidade da confiança se apresenta como uma condição e como um meio para a consecução de uma ética própria” (PAGNI, 2019, p. 114). Isso se dá por meio da construção da confiança entre pesquisador e pesquisado. Não é uma tarefa fácil.

E, por fim, na Seção 5, “**A deficiência em sua radicalidade ontológica**”, o autor destaca as implicações ético-políticas para o processo da inclusão escolar. Para que o processo de inclusão ocorra de forma satisfatória, é necessário ter um olhar da deficiência na perspectiva da diferença radical, pois os “modos de existir são, por um lado, acometidos por forças, dentre elas, as físicas e biológicas, que são pouco percebidas socialmente, ao distenderem essa figura chamada sujeito sobre a qual a modernidade se instaurou” (PAGNI, 2019, p. 137).

Esta proposta de uma ética da diferença radical para o autor vem possibilitar a reeducar as pessoas que lidam com a inclusão, em que seus olhares enxerguem não só as limitações (a deficiência), mas as potencialidades desses sujeitos, dando “visibilidade especificamente sobre a particularidade da diferença da deficiência” (PAGNI, 2019, p. 137). Para isso, o autor recorre às contribuições ontológicas do acidente para o delineamento de uma diferença radical, ou seja, as contribuições ontológicas do acidente nos permitem “aprender com o deficiente algo que o constitui, ou seja, a convivência com um acidente e com déficits insuperáveis que o acompanham, contra os quais pode lutar sem que, necessariamente, superem-nos e com os quais deve conviver” (PAGNI, 2019, p. 150).

Diante do exposto, podemos concluir que o autor faz um resgate histórico acerca da inclusão e suas relações no campo da biopolítica. Sua análise pauta-se na perspectiva foucaultiana para explicar a *exclusão* e *inclusão* das pessoas com deficiências nos segmentos sociais, sobretudo, nas políticas neoliberais. Isso quer dizer que há uma tentativa por parte do Estado de ter o controle das vidas das pessoas com ou sem deficiências por meio da governamentalidade.

A importância da respectiva obra é que nos permite refletir e romper com o estigma social no que tange à deficiência, e este rompimento estaria alicerçado na ética da diferença radical. Ela é radical no sentido de transcender o olhar dos educadores, gestores, professores e demais profissionais que atuam no campo da educação, buscando reeducar esses olhares para a pessoa com deficiência. Neste sentido, esta obra chama atenção para esses profissionais olharem para além das limitações das pessoas com deficiência e focarem nas potencialidades delas. Ou seja, a ética da diferença radical permitiria termos um olhar sobre a “inclusão que não estaria nas políticas estatais nem na formalização de dispositivos e de tecnologias adaptativas de biopoder para a escola, mas, sim, em uma reeducação do olhar dos atores da escola [...]” (PAGNI, 2019, p. 174).

Referências

PAGNI, P. A. **Biopolítica, deficiência e educação**: outros olhares sobre a inclusão escolar. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2019.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 10/09/2021
Aprovado em: 21/03/2022